



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CRIADA POR MEIO DO REQUERIMENTO N.º 16, DE 2015, PARA INVESTIGAR A ATUAÇÃO DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI) E DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA) NA DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS E DE REMANESCENTES DE QUILOMBOS

REQUERIMENTO N.º , DE 2015

(Do Senhor Nilson Leitão)

Requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de REQUISIÇÃO, à EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa, de cópias do inteiro teor e arquivo pesquisável dos documentos que especifica.

Senhor Presidente,

Nos termos das disposições constitucionais (§ 3.º do art. 58 da CF/88), legais (art. 2.º da Lei 1.579/52) e regimentais (arts. 35 a 37 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados) de regência, requeremos seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de REQUISIÇÃO, à EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, de cópia em inteiro teor, inclusive em meio magnético e arquivo pesquisável, dos estudos técnicos, levantamentos, dados e informações relativos a análise da ocupação e do uso das terras nos municípios de Guaíra e Terra Roxa, no Estado do Paraná, fornecidos à Casa Civil da Presidência da República, para subsidiar análises e decisões coordenadas pela então Ministra Gleisi Hoffmann.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

JUSTIFICATIVA

Segundo notícia publicada no jornal *Gazeta do Povo*, em sua edição de 16/06/2013:

“Indefinição acirra conflito indígena no Oeste do Paraná

Relatório da Embrapa mostra que existem dez assentamentos indígenas entre Guaíra e Terra Roxa. Quatro tiveram a reintegração de posse determinada pela Justiça, mas as decisões não foram cumpridas

A indefinição do governo federal quanto às demarcações de terras indígenas e o não cumprimento de pedidos de reintegração de posse de áreas ocupadas aumentam a tensão entre proprietários rurais e índios avá-guarani na Região Oeste do Paraná. Conforme relatório da Empresa Brasileira de Produção Agropecuária (Embrapa), nenhuma reintegração de posse foi cumprida nas dez aldeias localizadas entre Guaíra e Terra Roxa. Dessas, quatro tiveram a retirada dos índios determinada pela Justiça, embora a decisão ainda possa ser questionada nos tribunais.

Além das dez aldeias, que ocupam 24 propriedades rurais, o estudo da Embrapa mostra que outras quatro áreas indicadas pela Fundação Nacional do Índio (Funai) como indígenas, entre Guaíra e Terra Roxa, não abrigam assentamentos ou tribos. O órgão ainda afirma que 13 propriedades rurais – algumas aldeias ocupam mais de uma propriedade – foram ocupadas no ano passado.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

O relatório, feito com base em imagens de satélite e visitas de funcionários da Embrapa às aldeias, foi entregue à Casa Civil para embasar a decisão do governo sobre a nova política para demarcação das terras indígenas.

O coordenador do posto da Funai em Guaíra, Ferdinando Nesso Neto, não quis comentar a informação de que não haveria índios em quatro áreas indicadas pela Funai como indígenas porque alegou não ter tido acesso ao relatório da Embrapa. **Nesso, entretanto, afirmou que não viu ninguém da Embrapa em Guaíra e que os índios também não comentaram nada a respeito da presença de funcionários do órgão nas aldeias. “Não se identificaram funcionários da Embrapa em nenhuma das ocupações da região”, diz.**

A Funai em Brasília confirmou que teve acesso ao relatório, mas preferiu não fazer comentários diretos sobre o estudo. Em uma nota oficial, o órgão afirma que os índios avá-guarani ocupam historicamente a região Oeste e sofreram principalmente entre 1970 e 1980, época do regime militar, quando foram obrigados a se deslocar para dar espaço à colonização. A Funai também aponta que em virtude da construção da hidrelétrica de Itaipu ocorreram “ações de remoção forçada deste povo indígena para reservas kaingang e para o Paraguai”.

A Funai contesta a informação da Embrapa de que parte dos indígenas veio do Paraguai e diz que hoje os índios estão em 16 áreas no Paraná. Oito em Guaíra, cinco em Terra Roxa, uma em Santa Helena, uma em Campo Mourão e uma em Matelândia. A prefeitura de Guaíra diz que a população indígena da região passou de 140 para 1.342 pessoas entre 2008 e 2013. Das áreas ocupadas, três estavam sendo



CÂMARA DOS DEPUTADOS

demarcadas: aldeias Tekoha Marangatu e Tekoha Porã, em Guaíra, e Tekoha Araguaçu, em Terra Roxa.

Pequenos produtores têm áreas ocupadas

Algumas áreas ocupadas em Guaíra pertencem a pequenos proprietários. Um deles é Luís Sartori. Os índios chegaram à fazenda dele, de oito hectares, em agosto de 2012 e de lá não saíram mais. O pedido de reintegração de posse já foi feito à Justiça e após audiências o proprietário fez um acordo com os índios, que se comprometeram a deixar a área.

Presidente da Organização Nacional de Garantia ao Direito de Propriedade (ONG DIP), criada recentemente para defender os agricultores, o produtor Roberto Weber teve duas propriedades da família invadidas, uma delas arrendada da companhia Mate Laranjeira. Ele relata que pastos foram queimados e pelo menos três cabeças de gado desapareceram. Uma das áreas, destinada ao plantio direto, agora é ocupada por barracos de lona e madeira, onde os índios vivem.

Após ter uma área de seis hectares ocupada em março do ano passado, o agricultor Simião Lopes Neves, cuja propriedade tem 240 hectares, já registrou seis boletins de ocorrência na polícia e pediu reintegração de posse, mas não foi atendido. “Os índios falam que a terra é deles é nós somos invasores, apesar de estarmos com toda a documentação em dia e com imposto pago”. Em duas ocasiões ele disse que os índios atiraram para amedrontá-lo.

Laura Scarpa, proprietária de uma área de 20 alqueires, também se queixa da situação. Os índios usam parte da fazenda dela como local de passagem porque invadiram a área de Neves. Ela diz que os índios já destruíram soja e largaram roupas e bebidas.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Mobilizações

O presidente do Sindicato Rural de Guaíra, Silvanir Rosset, afirma que a entidade trabalha para conscientizar a população e participa de mobilizações para alertar o governo. “Fala-se tanto em Constituição, mas o próprio órgão governamental não respeita”, diz. Rosseti lembra que as áreas indígenas já deviam ter sido demarcadas, como prevê a Constituição.

Na última sexta-feira, cerca de 2 mil produtores rurais fizeram um protesto e fecharam por 15 minutos a ponte Ayrton Sena, nos limites entre Guaíra e Mundo Novo (MS). A manifestação foi convocada pela Frente Parlamentar de Agropecuária da Câmara e ocorreu em 14 estados brasileiros.”

Ante todo o exposto, o acesso à documentação e às informações acima mencionadas contribuirá sobremaneira para o bom andamento das investigações levadas a efeito por esta CPI.

Sala das Sessões, em de novembro de 2015.

NILSON LEITÃO
DEPUTADO PSDB/MT